

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

OBSERVAÇÕES:

1. Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo legislações complementares, súmulas, jurisprudências e/ou orientações jurisprudenciais (OJ) do STJ, STF e TCU, até a data da publicação do Edital. Toda legislação e jurisprudência devem ser consideradas com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do Edital de Abertura de Inscrições.
2. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente, ainda que não expressa no conteúdo programático.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia e acentuação. Emprego do sinal indicativo de crase. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Relação do texto com seu contexto histórico. Denotação e conotação. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Intertextualidade. Figuras de linguagem. Morfossintaxe. Elementos estruturais e processos de formação de palavras. Sinonímia e antonímia. Pontuação. Pronomes. Concordância nominal e concordância verbal. Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais. Regência nominal e regência verbal. Coordenação e subordinação. Conectivos. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

INGLÊS INSTRUMENTAL

Compreensão geral e inferência; Vocabulário; Inferência e conexão de ideias; Estrutura da linguagem.

MATEMÁTICA FINANCEIRA/ RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA

Matemática Financeira: Juros simples. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Juros compostos. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua. Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial. Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno. **Raciocínio Lógico:** Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. **Estatística:** Estatística Descritiva: gráficos, tabelas, medidas de posição (média, moda, mediana, quartis, mínimo e máximo) e de variabilidade (variância, desvio-padrão, amplitude). Técnicas de Contagem e Análise Combinatória: Combinações Simples, Arranjos e Permutação com e sem repetição. Probabilidades: conceito, espaço amostral, axiomas e distribuições de probabilidades discretas e contínuas (Bernoulli, binomial, geométrica, uniforme, discreta, contínua, normal, Poisson, qui-quadrado, t de Student e F-Snedecor). Inferência estatística. Amostragem: amostras casuais e não casuais. Processos de amostragem, incluindo estimativa pontual de parâmetros. Intervalos de confiança. Testes de hipóteses para médias e proporções. Correlação e regressão linear simples.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito e fontes do Direito Administrativo. Regime jurídico-administrativo. Administração Pública: conceito, poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira: princípios, espécies, formas e características. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Concentração e Desconcentração. Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais. Organizações Sociais. Contratos de Gestão. Poderes Administrativos. Atos Administrativos: conceitos e requisitos, atributos, classificação, motivação, revogação e invalidação. Licitação: conceito, finalidades, princípio

e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades, procedimentos, anulação e revogação; sanções penais; normas gerais de licitação. Lei n.º 14.133/2021. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução, inexecução, revisão e rescisão. Serviços Públicos: conceitos: classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Servidores públicos. Regramento constitucional. Regime estatutário. Direitos, deveres e responsabilidade. Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso. Responsabilidade civil do Estado. Conceito e regramento jurídico. Ação de Indenização. Ação Regressiva. Improbidade administrativa. Controle da Administração Pública: Conceito. Tipos e Formas de Controle. Controle Interno e Externo. Controle Prévio, Concomitante e Posterior. Controle Parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle Jurisdicional. Meios de Controle Jurisdicional. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018, com a redação dada pela Lei n.º 13.853/2019). Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013). *Compliance* e Governança Pública. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios do Estado Democrático de Direito. Constituição: conceito, classificação, aplicabilidade e interpretação das Normas Constitucionais. Poder Constituinte: conceito, finalidade, titularidade e espécies. Reforma da Constituição. Cláusulas Pétreas. Supremacia da Constituição. Controle de Constitucionalidade. Sistemas de Controle de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Súmula Vinculante. Repercussão Geral. Constituição Brasileira: Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Organização do Estado; Organização dos Poderes; Ordem Econômica e Financeira. Lei Orgânica do Município de Manaus (atualizada até a Emenda à LOMAN nº 122, de 17/11/2025).

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Pessoas Naturais e Jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos Jurídicos: Negócio Jurídico e Atos Jurídicos. Prescrição e Decadência. Prova. Teoria Geral das Obrigações. Direito das Obrigações: Modalidades das Obrigações, Transmissão das Obrigações, Adimplemento e Extinção das Obrigações, Inadimplemento das Obrigações. Contratos em Geral e Espécies de Contrato. Atos Unilaterais. Responsabilidade Civil. Preferências e Privilégios Creditórios. Direito das Coisas: Posse, Direitos Reais, Propriedade, Superfície, Servidões, Usufruto, Direito do Promitente Comprador. Direito das Sucessões: Sucessão em Geral, Sucessão Legítima, Sucessão Testamentária, Inventário e Partilha. Registros públicos. Direito de Empresa: Empresário, Sociedade, Estabelecimento e Institutos Complementares). Sociedades Unipessoais. Títulos de Crédito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença. Processo de Execução. Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Ações Tributárias comuns: Ação Declaratória; Ação Anulatória de Débito Fiscal; Ação de Repetição de Indébito. Lei de Execuções Fiscais (Lei n.º 6.830/1980); Mandado de Segurança.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Código Penal: Aplicação da lei penal. Crime. Ação penal. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Código de Processo Penal: Inquérito policial. Ação Penal. Das Medidas Assecuratórias. Lei n.º 8.137/1990. (Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo). Lei n.º 8.429/1992: Disposições Gerais. Disposições Penais. (Lei de improbidade administrativa). Lei n.º 11.101/2005: Disposições Preliminares. Disposições Penais. Disposições Finais e Transitórias. (Lei de Falência e recuperação judicial). Lei n.º 12.737/2012 (Delitos informáticos). Lei n.º 12.850/2013 (Organizações Criminosas). Lei nº 9.613/98 (Crimes de lavagem de dinheiro).

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Manaus, de 05 de abril de 1990; Lei Ordinária n.º 1.697, de 20 de dezembro de 1983 (Dispõe sobre o Código Tributário do Município, e dá outras providências); Lei Ordinária n.º 459, de 30 de dezembro de 1998 (Dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão *intervivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis); Lei Ordinária n.º 1.628, de 30 de dezembro de 2011 (Dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências); Lei Ordinária 2.181, de 28 de dezembro de 2016 (*Institui o Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e no Município de Manaus e dá outras providências*); Lei Ordinária n.º 2.383, de 27 de dezembro de 2018 (Dispõe sobre as Taxas de Licença de Localização (TL) e de Verificação de Funcionamento (TVF) no município de Manaus e dá outras providências); Lei Ordinária n.º 2.385, de 27 de dezembro de 2018 (Institui o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do município (CARF-M) e dá outras providências); Lei Ordinária n.º 2.833, de 20 de dezembro de 2021

(Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e dá outras providências); Lei Ordinária n.º 3.008, de 09 de janeiro de 2023 (Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário do Município de Manaus e dá outras providências); Decreto 3.748, de 11 de julho de 2017 (Regulamenta a Lei nº 1.628, de 30 de dezembro de 2011, que Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências); Decreto n.º 4.726, de 30 de dezembro de 2019 (Regulamenta o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Município - CARF-M instituído pela Lei nº 2.385, de 27 de dezembro de 2018, e dá outras providências); Decreto 4.818, de 03 de janeiro de 2000 (Regulamenta a Lei nº 459, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis - ITBI); Decreto n.º 5.273, de 11 de março de 2022 (Regulamenta a Lei nº 2.383, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Taxa de Licença de Localização (TL) e a Taxa de Verificação de Funcionamento (TVF), e dá outras providências); Decreto n.º 5.956, de 08 de agosto de 2024 (Dispõe sobre a Lei nº 2.181, de 28 de dezembro de 2016, que instituiu o Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e, no município de Manaus, e dá outras providências); Decreto n.º 5.962, de 20 de agosto de 2024 (Aprova o Regulamento do Imposto de Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN e dá outras providências).

CONTABILIDADE GERAL E ECONOMIA

Contabilidade Geral: conceito; objeto; finalidade; técnicas contábeis; campo de atuação; e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS e IPSAS). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (em substituição à exigência de “Princípios de Contabilidade”, decorrente de norma revogada). Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Lei nº 6.404/1976. Patrimônio: conceito; componentes; equação fundamental do patrimônio; formas de avaliação e evidenciação; diferenciação entre capital e patrimônio. Atos e fatos contábeis. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Contas: conceito; tipos de contas; teoria das contas; débito, crédito e saldo; funcionamento das contas; contas patrimoniais e de resultado; grupos e classes de contas patrimoniais. Escrituração contábil: conceito; métodos de escrituração; livros de escrituração; lançamento contábil; erros de escrituração e correções. Escrituração Digital e Sistema Público de Escrituração Digital (SPED Contábil): Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Valor Adicionado; Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto e indireto); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Notas Explicativas. Operações com serviços: apuração contábil e extracontábil. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões Fiscais. Análise das Demonstrações Financeiras: análise vertical e horizontal, indicadores de liquidez, indicadores de endividamento, indicadores de rotatividade e indicadores de rentabilidade. Consolidação das Demonstrações Contábeis. Arrendamento mercantil. Tratamento contábil dos estoques. Tipos de inventários. Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados. Transformação Digital na Contabilidade. Aspectos ESG na Contabilidade. Blockchain e Contabilidade. Big Data em Auditoria.

Economia: Conceitos fundamentais: recursos escassos e necessidades ilimitadas; agentes econômicos e o papel do governo. Fluxos real e nominal. Teoria da oferta e da demanda: determinação do preço e quantidade de equilíbrio; elasticidades-preço da demanda e da oferta; efeitos dos tributos indiretos sobre o sistema de preços; Curva de Laffer. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio e concorrência monopolista. Falhas de mercado e externalidades. Moeda e inflação: teoria quantitativa da moeda, causas e efeitos da inflação, medição da inflação. Poupança, investimento e determinação da renda de equilíbrio. Crescimento econômico: principais modelos e determinantes. O papel do governo: políticas fiscal e monetária, financiamento do setor público e privatização. Tributação como instrumento de política econômica: função fiscal e extrafiscal dos tributos; cumulatividade, não cumulatividade, progressividade, regressividade e neutralidade tributária. Sistema financeiro e mercado de capitais. Indicadores econômicos: PIB e outros índices de desempenho. Economia internacional: taxa de câmbio e seus impactos. Blockchain e criptomoedas como novas formas de intermediação financeira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BANCO DE DADOS E LINGUAGEM SQL

SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados), tabelas, campos, registros, chaves primárias e estrangeiras; Linguagem SQL (Structured Query Language); Comando SELECT; Cláusulas WHERE, ORDER BY, GROUP BY; JOINS (INNER, LEFT, RIGHT); Funções de Agregação (COUNT, SUM, AVG, MAX, MIN).

GOVERNANÇA DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Conceitos de Governança de Dados; ciclo de vida dos dados; qualidade e classificação de dados; papéis e responsabilidades na gestão da informação; compartilhamento de dados; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018); conceitos de Segurança da Informação; tríade CIA (Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade); mecanismos de proteção: criptografia, autenticação, controle de acesso, firewalls; políticas de segurança; auditoria de sistemas.

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL

Constituição Federal: Do Sistema Tributário Nacional - Dos Princípios Gerais - Das Limitações do Poder de Tributar - Dos Impostos da União - Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal - Dos Impostos dos Municípios - Do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (Reforma Tributária) - Da Repartição das Receitas Tributárias; Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 (Reforma Tributária). Código Tributário Nacional - CTN (Lei federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966). Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968 (Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências): art. 9º; Leis complementares Federais: Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências); Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 (Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências); Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte); Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 (Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária); Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026 (Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) e dá outras providências); Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018 (Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional); Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais - Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências); Tributação da economia digital; Fiscalização eletrônica; Processo administrativo fiscal eletrônico; *Blockchain* e tributação.

AUDITORIA E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Auditoria: Normas Brasileiras de Contabilidade relativas à auditoria emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Normas e Procedimentos de auditoria do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em convergência com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Demais Normas de Auditoria vigentes. Aspectos gerais, conceitos e objetivos de auditoria e da pessoa do auditor. Distinção entre auditoria interna, auditoria independente e perícia contábil. Ética Profissional, Responsabilidade Legal, Objetivo, Controle de Qualidade. Auditoria Governamental e do Setor Público. Auditoria Interna, Externa e Fiscal: Conceito, Objetivos, Responsabilidades, Funções, Atribuições. Técnicas de auditoria para fiscalizar obrigações tributárias. Planejamento da Auditoria. Independência nos trabalhos de auditoria. Estratégia de Auditoria, Sistema de Informações, Controle Interno, Risco de Auditoria. Procedimentos e Testes de Auditoria. Documentação de Auditoria. Tipos de parecer do Auditor. Fraudes e Irregularidades, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TA 240 - R1). Lei de Responsabilidade Fiscal (previsão, arrecadação e renúncia de receita). Auditoria Digital e Ferramentas Tecnológicas. Auditoria de *Compliance*.

Análise Das Demonstrações Contábeis: Análise por diferenças absolutas e relativas, análise vertical ou de estrutura. Análise horizontal. Análise por quocientes. Análise retrospectiva e prospectiva. Índices e indicadores econômicos. Análise financeira e de capital de giro. Índices de atividades e ciclos. Estrutura de capital e alavancagem financeira. Estrutura e análise das demonstrações contábeis.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ZONA FRANCA DE MANAUS)

Fundamentos Legais e Constitucionais da Zona Franca de Manaus (ZFM) até a Emenda Constitucional (EC) nº 132, de 2023; Fundamentos Legais e Constitucionais das Áreas de Livre Comércio (ALCs) até a Emenda Constitucional (EC) nº 132, de 2023; Regimes Tributários Favorecidos da ZFM e das ALCs estabelecidos na EC nº 132, de 2023 e na Lei Complementar (LC) nº 214,

de 2025; Áreas abrangidas e critérios para habilitação aos incentivos da ZFM e das ALCs; Diferencial competitivo da ZFM e das ALCs estabelecidos na EC nº 132, de 2023 e na Lei Complementar (LC) nº 214, de 2025; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas operações relacionadas à ZFM e às ALCs Bens não contemplados no regime da ZFM e ALCs; Operações de empresas enquadradas no Simples Nacional (SN) na ZFM e nas ALCs; Demais assuntos relacionados à ZFM e às ALCs estabelecidos na EC nº 132, de 2023 e na Lei Complementar (LC) nº 214, de 2025.